



A historiografia e o lugar social: A escrita da história da Farroupilha no período final da Monarquia brasileira

Fabício Antônio Antunes Soares

*Professor do curso de história e do PPGH da
 Universidade de Passo Fundo, Doutor
 em História PUCR-RS (Brasil)*

La historiografía y el lugar social: La escritura de la historia de Farroupilha en el período final de la Monarquía Brasileña

The historiography and the social place: The writing of the history of Farroupilha in the final period of the Brazilian Monarchy

Resumen: El presente trabajo quiere examinar cómo el lugar social, de la operación historiográfica, se articula con la construcción de sentido en la narrativa de la historiografía. El período y el espacio investigado es el Brasil monárquico en su etapa final. Es decir, pretende analizar cómo se construyó la narración de Farroupilha en el contexto de los estertores de la monarquía brasileña. Para ello, se analiza el trabajo del jurista, historiador y político Tristão de Alencar Araripe en su obra *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*. Por lo tanto, el problema que guía el artículo es saber cómo el lugar social contribuyó, a su manera, a la construcción del significado de Farroupilha. Finalmente, el artículo infiere que la operatividad del lugar social de producción de la historiografía fue decisiva como elemento de la constitución del sentido de las narraciones sobre Farroupilha en la fuente analizada.

Palabras clave: cultura historiográfica; Farroupilha; lugar social; operación historiográfica.

Resumo: O presente trabalho quer examinar como o lugar social, da operação historiográfica, se articula com a construção de sentido na narrativa da historiografia. O período e o espaço investigado são o Brasil monárquico em seu estágio final. Isto é, se tem por objetivo analisar como foi construída a narrativa sobre a Farroupilha no contexto dos estertores da monarquia brasileira. Para isso é analisada a obra do jurista, historiador e político Tristão de Alencar Araripe na sua obra *Guerra civil no Rio Grande do Sul*. Portanto, o problema que norteia o artigo é saber como o lugar social contribuiu, a sua maneira, para a construção de sentido da Farroupilha. Por fim, o artigo infere que a operacionalidade do lugar social de produção da historiografia foi decisiva como elemento da constituição de sentido das narrativas sobre a Farroupilha na fonte analisada.

Palavras-Chave: cultura historiográfica; Farroupilha; lugar social; operação historiográfica.

Abstract: The present work wants to examine how the social place, of the historiographic operation, is articulated with the construction of meaning in the narrative of historiography. The period and space investigated are monarchic Brazil in its final stage. It aims to analyze how the narrative about Farroupilha was constructed in the context of the throes of the Brazilian monarchy. For this, the work of the jurist, historian and politician Tristão de Alencar Araripe in his work *Guerra civil no Rio Grande do Sul* analyzed. Therefore, the problem that guides the article is to know how the social place contributed, in its own way, to the construction of Farroupilha's meaning. Finally, the article infers that the operability of the social place of production of historiography was decisive as an element of the constitution of meaning in the narratives about Farroupilha in the analyzed source.

Key words: historiographic culture; Farroupilha; social place; historiographical operation.

1. Introdução

Esse artigo tem por objetivo analisar a operacionalidade que o lugar social (Certeau, 2007, p. 66-77) tem na historiografia. Desse modo, procurarei avaliar como o lugar social se articulou e determinou a escrita da história sobre a Farroupilha.¹²³ A partir disso, parte-se do pressuposto que não há como eliminar a idiosincrasia do lugar de onde – o historiador(a) – escreve e do campo científico no qual exerce uma pesquisa. O lugar de produção é um indício permanente da produção do historiador(a). Examinar a história como uma operação, - isto é, a operação historiográfica – constitui-se em analisá-la como a articulação entre: a) um lugar social, b) práticas científicas e, c) a escrita de um texto (Certeau, 2007, p. 66). Porém, dos três elementos (da operação historiográfica) elencados por Michel de Certeau, para o artigo aprofundarei o lugar social.

Portanto, para compreender-se a história da historiografia sobre a Farroupilha, parte-se do pressuposto que qualquer investigação histórica encadeia-se com um lugar e suas determinações tanto sociais e culturais como políticas e econômicas. Desse modo, isso acarreta uma forma de proceder na historiografia que está limitada por condições inerentes ao lugar de sua produção. Assim, é em relação há um determinado lugar social que se organizam os métodos, que se constituem os documentos e se apresentam os problemas da pesquisa e, além disso, o lugar é uma instituição do saber (Certeau, 2007, p. 69) que tem, por um lado, uma extensão externa, associada há outras instituições e conjuntos corporativos e contém, também, uma extensão interna, o estabelecimento de um saber inseparável de uma instituição social. Esta é, então, um dos requisitos do desenvolvimento científico da operação

123 A Farroupilha, Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, foi um conflito político e militar que ocorreu a partir da Província de São Pedro nos anos de 1835 a 1845. Ela está inserida no contexto das revoltas regenciais e, também, no contexto das revoluções platinas. Sobre isso ver: Guazzelli, (1998).

historiográfica. Portanto, a instituição além de fornecer a solidez social à escrita da história, também, torna-a possível.

Além do mais, seria a mesma dinâmica social que estabelece a instituição e os conceitos que a circundam. Ambos, com funções díspares, porém, imbricados e os quais nenhum é (necessariamente) a razão elementar da outro. De tal forma, a sociedade e a composição de sentido se ajustam sem se hierarquizar. Portanto, seria abstrata a historiografia que reprime ou omite sua articulação com um lugar social. De tal modo que esta articulação faz parte do procedimento científico, mesmo que a circunstância social seja o não-dito na narrativa do historiador. Logo, não é possível considerar o texto historiográfico como autônomo a instituição em conformidade a qual ele se constituiu. O texto, então, avoca seu vínculo com a instituição. Como exemplo, Certeau analisa o “nós”, pois, o “nós” do historiador alude a um pacto, um acordo acadêmico, pois, no texto – o “nós” – é a representação daquele acordo que organiza o eu do historiador no “nós” de uma pesquisa acadêmica coletiva. E assim, Certeau compara a relação da historiografia e do lugar social com a do automóvel feito em uma fábrica, desse modo, o trabalho historiográfico é entendido como uma fabricação especializada e coletiva.

Surge, então, que a historiografia é a obra de um *lugar* e, entre suas hierarquias e seus códigos, entre a seleção da documentação até a escrita do passado, o fazer do historiador(a) é referente a estrutura da sociedade. Dessa forma, uma transformação da sociedade aquiesce ao historiador um distanciamento no que diz respeito aquilo que converte-se em uma história narrada, pois, muitos historiadores(as) aceitam como premissa de seu entendimento a arquitetura teórica de seu lugar institucional. E, ao longo do processo historiográfico, o historiador(a) não versaria sobre aquilo que o delimita, porque, em muitos casos, para Certeau, há posições a acatar e influências a requerer e, assim, o não-dito está sub-reptício no texto. Portanto, ao mesmo tempo que tem-se que entender como a historiografia reapresenta o passado, tem-se, também, que compreender como a historiografia opera no interior da sociedade. Assim, a função do lugar é, de antemão, proibir e permitir tipos de uso, construções e representações do passado. Desse modo a historiografia se definiria “por uma *relação da linguagem* com o corpo (social) e, portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe” (Certeau, 2007, p. 76)

Portanto, neste artigo, testar-se-á a operacionalidade do lugar social, tal como definido por Certeau, na escrita da história da obra *Guerra civil no Rio Grande do Sul* do político, jurista e historiador Tristão Alencar Araripe.

2. Contexto político e social

Após o período de consolidação do estado imperial brasileiro, de 1831 a 1850, entrarse-ia no período denominado o apogeu da monarquia, de 1850 a 1875. O poder do Partido Conservador desdobrou-se até 1853. Desse ano até 1862, prevaleceu a política da Conciliação, depois na sequência veio uma temporada liberal até 1868. Dom Pedro II em 1853, tendendo a revogar a supressão dos liberais do poder, levou ao gabinete um político do Partido Conservador que se delineava a suplantar os conflitos políticos que cindiam o Império desde 1831. Este político era Honório Hermeto Carneiro de Leão, marquês do Paraná. Falecido em 1856, sua arquitetura política ficou incompleta.

A Conciliação, mesmo que de reduzida duração, transformou a estabilidade do campo político-partidário que se deslocou no sentido de robustecer politicamente o Partido Liberal. Em 1862, foi concebido um novo partido que reunia liberais moderados e conservadores dissidentes, a que se deu o nome de Liga ou Partido Progressista. Concomitante ao fim das insurreições e do temor da divisão do território, começaram embates sobre o caráter do sistema político. Liberais, progressistas e, após 1869, os radicais, principiaram a questionar diversas particularidades das instituições monárquicas. Só não questionavam o centro das instituições: a própria monarquia. Entretanto, essa dinâmica da vida política cessou-se, por um evento começado no fim de 1864: A Guerra do Paraguai, desse modo

“Prolongando-se o conflito, o imperador julgou necessário chamar ao poder os velhos conservadores, a cujo grêmio pertenciam os políticos mais experientes e os melhores oficiais. A mudança se deu em 1868 e causou um pequeno terremoto político”. (Carvalho, 2012, p. 105).

O Império do Brasil investiu contra o Uruguai, com a anuência da Argentina, e conduziu ao governo daquele país o general Venâncio Flores. Francisco Solano Lopez, presidente do Paraguai, com a ocupação brasileira deu ensejo a colocar em prática sua política regional. Em defesa do Uruguai, deu início às hostilidades contra o Brasil, que por fim acabou envolvendo a Argentina e o próprio Uruguai.

O Brasil sustentou a maior parte das despesas da guerra tanto em soldados como recursos financeiros. Para Carvalho, somente a disposição de D. Pedro II conservou o exército

na guerra até a ruína de Solano Lopez. Os resultados para o erário brasileiro foram calamitosos. As decorrências políticas da guerra igualmente foram nocivas:

Preocupado em ter um gabinete afinado com o comando militar, então nas mãos do marquês de Caxias, que era membro do Partido Conservador, o imperador chamou ao poder esse partido quando a Câmara era dominada por progressistas e liberais. A mudança era constitucional, mas no ambiente reformista da época foi acusada de golpe de Estado. Golpe ou não, a tendência que se desenhava no sistema partidário de enfraquecimento dos conservadores foi revertida, voltando-se à antiga divisão bipartidária. Parte dos progressistas voltou ao Partido Liberal, outra criou o Clube Radical, que fiel a seu nome radicalizou as propostas de reforma. (Carvalho, 2012, p. 106-7).

Nesse período, os novos liberais e os radicais colocaram pela primeira vez a questão da eliminação da escravidão em seus programas partidários. A própria Guerra do Paraguai colaborara para essa transformação. O Partido Conservador, ao voltar ao poder em 1868, enterrou a discussão da abolição, contudo os grupos liberais e radicais resgataram a questão da abolição ao fim do conflito.

Outra decorrência do conflito com o Paraguai foi o início de um espírito de corporação entre os oficiais do exército. No ano do fim da guerra, em 1870, foi fundado o Partido Republicano. O manifesto do partido modificava a exigência de descentralização em declaração de federalismo. Contudo, a matéria mais controvertida após 1870 foi a “questão servil”. Em 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre no governo Rio Branco. A partir das leis de 1850 e de 1871, de forma imprecisa não entravam nem nasciam mais escravos no Brasil. Aparecia a conjuntura para o desenvolvimento de uma organização abolicionista, que se concretizara no início da década de 1880.

Para a monarquia, a lei de 1871 teve também grande significado. O envolvimento direto do imperador foi visto pelos proprietários como traição da Coroa a eles e aos interesses do país. Eles começaram a questionar a legitimidade da monarquia e a voltar os olhos para o novo partido fundado um ano antes. Para o sistema político as consequências também foram importantes. A nova lei, como a de 1850, foi aprovada por um gabinete conservador, quando a bandeira da emancipação fora levantada por liberais e radicais. O efeito foi deletério para ambos os partidos. O Liberal sentiu-se desprestigiado por não ter sido chamado para fazer aprovar a lei, o Conservador cindiu-se ao meio e os opositores passaram a hostilizar o gabinete. Como decorrência, o sistema partidário como um todo também se enfraqueceu. (Carvalho, 2012, p. 114).

O gabinete Rio Branco arrostou outros conflitos, agora em oposição à Igreja Católica. Replicando ao empenho de romanização da Igreja, dois bispos brasileiros coibiram a

frequência de maçons em irmandades religiosas. Em 1874, os dois bispos foram processados e condenados. O fato deu ensejo a uma cruzada antieclesiástica na opinião pública. O conflito com a Igreja uniu-se ao embate com os proprietários de escravos e terras que resultava na falta de apoio à monarquia. Para Carvalho (2012, p. 116), o ministério Rio Branco (1871-1875) foi o mais reformista do Império e

Além da lei de 1871, reformou a polícia, o sistema judiciário, a Guarda Nacional e fez aprovar a lei do recrutamento militar [...] Dele se disse que esvaziou o programa de reformas dos liberais. Pode ser considerado o ponto alto do governo de Pedro II. Ao mesmo tempo, nele também germinaram algumas das principais causas da queda do Império, o ataque à escravidão, alienando os proprietários, o conflito com os bispos, alienando a Igreja, e o surgimento do Partido Republicano, que fornecia alternativa à monarquia.

Os últimos anos do Império caracterizaram-se pela lenta eliminação da escravidão, pelo aparecimento dos militares como atores políticos e pelo desenvolvimento da organização republicana. Todos esses elementos cooperaram para a redução da força da monarquia diante dos grupos que exerciam grande influência na sociedade. Para piorar a circunstância, uma reforma eleitoral diminuiu a representatividade na câmara:

O impacto da lei foi profundo e de longa duração. Uma participação que começara ampla foi fortemente reduzida. O Congresso passou a representar apenas uma pequena parcela da população, a mais rica e educada. É verdade que um dos propósitos da lei foi atingido: a influência do governo nas eleições diminuiu e não mais houve câmaras unânimes. Ministros foram derrotados pelos novos eleitores. Se se acrescenta a isso o fato de que o imperador cada vez mais se abstinha de usar o Poder Moderador para mudar situações políticas [...] a perda do apoio dos proprietários, da Igreja e dos militares, a monarquia foi afastada do povo pela redução da participação eleitoral. (Carvalho, 2012, p. 119).

O tema da abolição retomou à pauta política no princípio da década de 1880. Segundo Carvalho, a pressão não foi dos ingleses, nem do imperador dessa vez. Ela veio dos clubes, da imprensa, das ruas, das senzalas. A luta pela abolição saía do parlamento para as ruas: “A mudança foi rápida e impressionante se se levar em conta que até o início da década de 1880 não existia uma opinião pública claramente favorável à abolição, muito menos um movimento abolicionista”. (Carvalho, 2012, p. 121).¹²⁴ O abolicionismo converteu-se em um importante

124 Angela Alonso (2015) reconstitui a história da teia de associações que estruturaram um movimento social antiescravista. Assim, ela defende uma interpretação da Abolição que não se reduz somente às resoluções jurídicas estabelecidas pelo governo, tampouco ao contexto econômico mundial, nem às sublevações dos cativos. Para Alonso haveria, também, um vigoroso movimento abolicionista, que também teve poderosa influência na vida social brasileira ao longo de vinte anos, 1868-1888, que precederam a Lei Áurea.

movimento popular. Foi significativa a determinação da regente Isabel de sustentar a demanda o que lhe acarretou notoriedade, entretanto a

consequência negativa da abolição foi agravar a desmoralização dos partidos políticos, todos eles, inclusive o republicano, divididos em torno da questão. O dano maior, no entanto, foi para os dois partidos monárquicos, já mencionados pela redução da franquia eleitoral. Aos fatores já mencionados de enfraquecimento da monarquia acrescentava-se mais esse. O regime estava indefeso e o imperador não parecia disposto a tomar providências. (Carvalho, 2012, p. 123).

Também, o orgulho militar nascido no decurso da Guerra do Paraguai manifestou-se em exigências e reclamações contra o governo. Segundo Carvalho, na década de 1880 os antigos chefes militares haviam falecido. A nova geração cultivava mais fidelidade à corporação do que aos partidos, ou mesmo a monarquia. Ela considerava-se disposta a afrontar a alta roda civil de bacharéis. Uma das razões da mobilização dos militares foi a demanda do fim da escravidão. No Brasil, poucos oficiais do Exército procediam da nobreza ou das classes elevadas da sociedade. Para Carvalho, pela procedência social não haveria importância na sustentação da escravidão. Conjuntamente, preparava-se na academia militar uma geração de oficiais mais interessados em matemática, filosofia e letras do que para temas bélicos. O positivismo foi corrente hegemônica entre os militares da nova geração e dois pontos do positivismo eram salientes naquela ocasião: por um lado, a recusa da escravidão e, por outro, a adesão à República. Essa nova geração militar aliou-se à geração egressa da Guerra do Paraguai, apresentando como aporte a luta pela república.

3. O contexto intelectual: O IHGB

Assim, chegasse ao período de crise do Império. Nesse novo contexto que surgia no Brasil, o conflito sulino mereceu fazer parte da memória nacional. Mas sua entrada no lugar oficial de produção historiográfica não aconteceu de forma consensual ou sem mover antigas paixões e ressentimentos. Como um acontecimento que foi contra a integridade do Império receberia a proteção Imperial? Já estaria na hora de enterrar os mortos, da Farroupilha, oficialmente? Dar-lhes uma sepultura no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro? Como deveria ser narrada essa história sob a proteção imperial?

A proteção imperial impunha certos limites à narrativa (Guimarães, 1995). Os limites da integridade da nação, da figura do Imperador, da criação de uma identidade nacional. Uma

memória que narrasse a fortuna da jovem nação (Guimarães, 2011). A isso se dedicaram, em especial, dois homens de letras. O primeiro, considerado pelos pares como escrevendo antes do tempo, terminou arquivado, o outro virou a narrativa oficial do IHGB.

Em 1854, de Sebastião Ferreira Soares (1820-1887), natural da cidade de Piratini, escreveu sua memória. Em 1839, alistou-se nas forças imperiais como 2º tenente no corpo de engenheiros. Após 1845, entrou na Tesouraria da Fazenda do Rio Grande do Sul. O autor também foi um dos primeiros contadores do Império. Na época de sua memória sobre a Farroupilha já era membro do IHGB. Com trabalho sobre a estatística financeira na Província, Soares foi admitido, em 1853, como sócio do IHGB. No ano seguinte,

em outro trabalho, tratando da guerra civil, fora acusado de plágio e, indignado, submeteu um documento do ministro da guerra farrapo Lucas de Oliveira à apreciação da casa, com o intuito de provar sua inocência e demonstrar a autenticidade dos documentos que trabalhava. O IHGB aceitou as provas documentais de Soares, mas lhe deu como destino o arquivo, bem como arquivaria os comentários por ele feitos sobre a documentação. No relatório de final ano, o secretário Macedo foi direto: documentos daquela ordem deveriam ser arquivados para “oportunamente” lhes ser feita “a devida menção”. Para Macedo, era necessário recolher os documentos sobre os acontecimentos no Sul (àquela altura, “politicamente esquecidos”, reiterava ele), mas para serem lidos somente no futuro, quando se teria o distanciamento necessário em relação, a fim de evitar o calor proveniente de fatos tão recentemente vividos. (Boeira, 2013, p. 37).

A primeira memória apresentada no IHGB sobre a Farroupilha foi arquivada por ainda estar-se muito perto do calor dos acontecimentos. O lugar oficial de produção da história no Império Brasileiro não autorizou a circulação da memória de Soares.¹²⁵ Por isso que as outras memórias, sobre a Farroupilha, acabaram sendo publicadas por outro caminho.¹²⁶ Ao passado Farroupilha ainda não era concebido um túmulo. O controle a memória fez-se sentir de forma contundente na memória de Soares.

Contudo, a memória foi escrita e foi a primeira no IHGB, porém, seu destino não foi alvissareiro, pois, era o sintoma de um período da historiografia. A história era para unificar o Império e não mostrar uma guerra em que a Província mais ao sul queria se separar. Parece

125 A memória de Soares (1935) sobre a Farroupilha, *Breves considerações sobre a Revolução de 20 de setembro de 1835*, só acabou sendo publicada pela primeira vez em 1935 pelo Arquivo Nacional. Para Soares (1935), a intriga que coaduna os personagens e fatos desta narrativa são as correções empíricas que o autor fez. Contudo essas correções fáticas são a defesa da política imperial para a Província, como também a defesa dos personagens, chefes políticos e militares imperiais, criticados nos textos de Lucas de Oliveira. Soares fez ao longo de sua memória pequenas defesas pontuais das críticas que Oliveira fez.

126 Isto é, as duas memórias históricas de Saturnino Coutinho sobre a Farroupilha, *Bosquejo histórico e documentado* (1841) e *Negócios do Rio Grande* (1842) foram publicadas sem passar pelo IHGB, ver: Coutinho (1986).

que nem a proteção imperial conseguiria salvar do esquecimento os atos bravos da guerra civil.¹²⁷ Apenas vinte e cinco anos mais tarde, a Farroupilha faria sua entrada triunfal nos salões do IHGB.

Somente na sessão de 22 de agosto de 1879, ao final do dia, a guerra civil no Rio Grande do Sul entra de fato no IHGB com a permissão de Sua Majestade Imperial. Dois elementos são importantes para essa virada; a distância temporal e uma mudança na concepção de história por parte do IHGB. Conforme observou Boeira (2013, p. 37),

no IHGB, foram os próprios sócios que percebem uma mudança na concepção de história da casa. No “Discurso do Presidente Visconde de Sapucaí” de 1867, ele assinalava sobre a transformação sofrida pela concepção de história do IHGB desde sua fundação. Em 1867, observava o Visconde, a história não mais servia somente para coligir, metodizar ou arquivar, como se acreditava em 1839, mas também para combater erros e esclarecer pontos duvidosos, através da publicação de memórias.

Estava aberto o caminho para a guerra civil no Rio Grande do Sul entrar pela porta da frente no IHGB em 1879.¹²⁸ Não mais memórias históricas parciais, incompletas ou arquivadas; finalmente haveria uma memória do início ao fim. Araripe chega ao salão de leituras e começa a discursar: “Peço permissão a Vossa Majestade e aos meus ilustres consócios”. Quando, enfim, se relembriam das dissensões internas, a leitura de Tristão se torna, é uma condenação da guerra civil. Lembra, mas condena.¹²⁹ O que parecia o remédio (Ricoeur, 2007, p. 151-154) das paixões políticas reacende a polêmica novamente:

O Império, abalado que estava naquela década de 1880 pelas ideias republicanas e abolicionistas que eram uma realidade incomoda e preocupante dentro do país, não poderia abrir mão de uma visão firme e que argumentasse a seu favor no caso farroupilha. Nesse sentido, o trabalho de Araripe se enquadrava perfeitamente no quesito dos interesses da nação imperial, justificando convenientemente as atitudes tomadas pelo governo central em relação ao conflito no sul, o que também convinha aos propósitos do IHGB [...] dessa maneira, Araripe desqualifica o movimento sulino e reafirmava a soberania nacional [...] Dentro dessa lógica, era oportuno a Araripe – e, por extensão, ao Instituto imperial – afirmar que o soldado farroupilha não foi herói e sim *criminoso* [...] foi a voz de Araripe que ressoou para o resto do país como aquela que estava autorizada, pelo IHGB e por extensão, pelo governo de D. Pedro II, a narrar

127 “E assim ficou o assunto ‘asilado’ no arquivo da agremiação, abrigado das opiniões e discussões que poderia despertar”. (Boeira, 2013, p. 171).

128 Hrubby (2012, p. 167) aponta mais um motivo para a leitura nesse ano da memória de Araripe: “De 1878 a 1885, os ministérios permaneceram com os liberais. Iniciou com o gabinete Sinimbu (5 de janeiro de 1878) e perdeu até o gabinete Dantas (6 de maio de 1885). E com os liberais no poder, em especial na província de São Pedro, determinada visão do passado veio alimentar pretensões e rearranjos políticos”.

129 Boeira (2013) comenta a intensa repercussão da obra de Araripe na Corte e na Província.

o que se passou nos campos de batalha do Brasil meridional no sangrento decênio de 1835 a 1845. (Boeira, 2013, p. 236-237).

4. A guerra civil no Rio Grande do Sul escrita no IHGB

Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) foi político, jurista, magistrado e escritor. Também foi membro do Partido Conservador e do IHGB.¹³⁰ De 5 de abril de 1876 a 5 de fevereiro de 1877, foi presidente da Província de São Pedro. Em 1879, apresentou no IHGB seu discurso sobre a Farroupilha. Em 1881, veio à luz *Guerra civil no Rio Grande do Sul*.

No primeiro capítulo de sua memória histórica, Araripe¹³¹ se propôs a fazer observações sobre a “revolução rio-grandense”¹³² e sobre os documentos que coligiu sobre ela. Nos capítulos seguintes, em que ele entende que apresentara os documentos, narra os episódios da guerra civil. Divide em três épocas a revolução rio-grandense. A primeira, a sedição em 1835 até 1836, em que a desobediência pedia justiça. A segunda, a da rebelião de setembro de 1836 até 1843, que renegava a comunhão brasileira. A terceira, a da sujeição em que os rebeldes regressam ao grêmio nacional. Por isso, “o princípio da integridade do Império manteve-se e a luta por parte do governo imperial deve ser aplaudida” (Araripe, 1986, p. 4).

Outro ponto que abordou foi a denominação de “democrática” que havia no movimento revolucionário. Para o magistrado cearense, nunca um chefe supremo da República foi erguido pelo voto popular, antes, o presidente da “república do Piratini” nunca teve legitimidade senão pelo arbítrio dos caudilhos. Para o autor, “tão certa era a incapacidade dos caudilhos para a ordem civil!” (Araripe, 1986, p. 5). Nunca houve eleições regulares no novo Estado. Os caudilhos militares a tudo decidiam e ordenavam. A democracia nunca se separou tanto de um governo do que na república do Piratini. Para o magistrado cearense, por não ter eleições regulares e por ser governada por caudilhos, “a república de Piratini jamais passou de uma fantástica criação de espíritos desejosos de inovações; pois nunca o voto geral influiu no d’essa república dos caudilhos rio-grandenses; só eles [...] resolviam as questões de interesse geral” (Araripe, 1986, p. 5). Portanto, o regime militar protegeu o despotismo dos caudilhos.

130 Para Guimarães (1995, p. 500-501), na época final do Império “ofuscado por brasões e fardões reluzentes, apegado às convenções da Corte, o Instituto Histórico tornara-se opaco [...] Espelho fiel que sempre fora da monarquia, tal qual o regime nos últimos tempos, o mais importante reduto intelectual do Império se arrastava [...] A ‘escola palatina’, cantada por Araújo Porto Alegre da década de 40, desviara-se do seu rumo. Relegando as atividades acadêmicas para um plano secundário, convertera-se num salão elegante do Paço”.

131 Guimarães (1995, p. 494) se reporta a Araripe como “o *double* de político e escritor Tristão de Alencar Araripe”.

132 Sobre o conceito de revolução usado por Araripe, ver: Antonioli (2019b)

Outro ponto importante foi que a revolução terminou com a *rendição* dos rebeldes e não com um tratado de paz. Também a revolução rio-grandense não tinha um plano contrário à monarquia brasileira; para ele, as rivalidades na Província e os atos pouco justos do governo imperial é que causaram a desobediência dos farroupilhas. Pois, se só o pensamento republicano fosse a origem da guerra civil, não haveria a República, porque, segundo o autor, nunca houve eleições populares e tudo se decidiu por atos ditatoriais. Assim, do sistema democrático a república do Piratini teve apenas o nome vão. Em vez do voto público, a voz do soldado.

Para Araripe, na república do Piratini a justiça não tinha sacerdotes para a aplicação da lei. Também, não só as pessoas estavam alheias aos caprichos dos caudilhos, como a propriedade teve seu destino vinculado ao arbítrio dos líderes rebeldes. Assim, quando nem a pessoa nem a propriedade são respeitadas, a anarquia é a força destruidora do governo. Por isso, Araripe entendeu que a causa republicana servia de pretexto a essa circunstância. Logo, as causas da revolução não seriam justas, e que a república não era uma exigência real na Província.

Para Araripe (1986, p. 8), quem passasse do território do Império ao território da República “não conheceria diferença no regime, à exceção d’esses atos de pura violência, ingênitos ao predomínio do militarismo [...] Ali, como aqui, as normas legais dos cidadãos entre si eram as mesmas”. Os atos políticos e civis da República pautavam-se pelos do Império. Para o magistrado e político cearense, a diferença seria apenas nominal: onde se chamava Império “ali chamava-se República”, onde era Imperador, “ali denominava-se Presidente”. Nestas diferenças consistia a essência do governo, de modo que isso leva o autor a crer que

Os Rio-grandenses, pois, parece não terem tido jamais o pensamento definitivamente assentado de separação da nossa nacionalidade, salva a pequena fração dos agitadores idealistas. Quando os rebeldes depuseram as armas para fazer cessar a luta, o motivo d’essa deposição foi a conservação da integridade d’esse mesmo Império, a quem combatia (Araripe, 1986, p. 9).

Se os rebeldes tivessem a intenção de se separar do Império teriam, formalmente, se confraternizado com as repúblicas vizinhas do Prata. E isso eles nunca o fizeram, porque

A conservação das leis e esse retraimento, [...] indicam, que no ânimo dos rebeldes nunca desapareceu a ideia de regresso à união brasileira. Que não foi a república rio-grandense o êxito de um plano em prol da ideia democrática, mas sim o recurso

empregado pelos rebeldes para manter-se fora do alcance do castigo legal da sua primitiva desobediência (Araripe, 1986, p. 9).

Outra evidência seria que exigiram, segundo o autor, para retornar ao Império: a) o reconhecimento dos seus postos militares e b) o pagamento da dívida por eles contraída durante a guerra. Para Araripe, ficou evidente que só haveria interesse particular dos líderes da rebelião, nunca a causa republicana e democrática esteve em primeiro lugar.¹³³ O mais importante foram “os afetos pessoais” nos atos dos rebeldes, revelando, para o magistrado, que a questão de princípios não era a causa da revolução:

O que incitava os rebeldes a depor as armas, não era nada d’isso; era sim a satisfação do orgulho pessoal, e a aceitação de condições vantajosas de interesse privado, o que determinava para os rebeldes a paz e a cessação do derramamento de sangue dos seus concidadãos. A rebelião rio-grandense, pois, no nosso modo de pensar, teve caráter egoístico, e não caráter de patriotismo [...] Os rebeldes do Rio-grande do Sul julgavam-se fortes; mas depunham as armas, logo que condições favoráveis a interesses particulares fossem admitidas pelo governo imperial (Araripe, 1986, p. 11).

Para mostrar que estas foram as características da rebelião rio-grandense, ele a comparou com duas rebeliões anteriores que ocorreram no norte do país uma em 1817 e a outra em 1824. Em ambas, mostrar-se-ia nítida diferença de caráter em relação ao movimento rio-grandense, pois no “Norte o primeiro pensamento dos revolucionários foi recorrer ao povo como origem do poder” (Araripe, 1986, p. 12). Esses governos no Norte procuraram-se legitimar pela eleição popular. Lá os dois movimentos foram derrotados pela força das armas e não cederam, enquanto no Sul, para o autor, não houve legitimação popular e, sem serem vencidos, transigiram.

No Norte, continuou argumentando o magistrado, o sentimento democrático levantou a rebelião; no Sul, havia apenas a ideia de influência local. No Norte, a insurreição sustentou-se no voto popular; no Sul, apoiou-se no espírito de caudilhagem. Lá os revolucionários inspiraram-se nas ideias de regime civil. Aqui armou-se sob a influência da ideia do governo militar. No Norte, os rebeldes observavam os Estados Unidos e deles tiravam-se seu exemplo. No Sul, os rebeldes tinham na cercania os caudilhos militares do Prata e dali tiravam o seu

133 Para Araripe (1986, p. 10), o único ponto em que os rebeldes foram coerentes foi em relação à liberdade dos escravos por eles apregrado e esforçaram-se junto ao governo imperial para que os negros não voltassem ao cativeiro.

exemplo. Logo, para o autor, “concluímos a grande diferença nos respectivos movimentos do Norte e do Sul do Império” (Araripe, 1986, p. 12).

Araripe refletiu também sobre sua escrita. Para o autor, a guerra civil no Rio Grande do Sul foi um acontecimento muito importante, portanto, não se poderia desconhecer a necessidade de saber o fato em suas causas e progresso. E continuando seu raciocínio:

Ainda não temos a história da época d’este sucesso, nem é ainda tempo de escrevê-la, visto não ter ainda chegado o remanso das paixões para que o escritor, como juiz imparcial, possa expender a verdade sem preterir considerações individuais. Escrever dos contemporâneos, emitindo juízo, é correr o perigo de exagerar a apologia pela amizade, ou engendrar censuras pelo ódio. A história não tem complacências, e tão somente dignifica-se pela verdade (Araripe, 1986, p. 13).

Como os memorialistas anteriores, Araripe entendeu que não é o momento de escrever a história da guerra civil por não haver as condições epistêmicas que garantissem a imparcialidade e a verdade para a escrita dessa história. Continua sua reflexão afirmando que

O historiador é juiz; e o juiz deve ser competente, e julgar pelo processo. A competência dá o tempo; o processo organiza-se pelos depoimentos, acumulando-se os documentos, em que estes se contêm. Escrever antes de tempo é ser juiz ilegítimo; é proferir sentença sem processo regular. Os contemporâneos não são historiadores; são apenas testemunhas e organizadores do processo. O nosso egrégio Instituto bem compreendeu esta verdade; por isso fundou-se com o intuito, não de escrever a história, mas de reunir documentos para que ela escreva-se oportunamente (Araripe, 1986, p. 13).

De tal modo que para a memória virar história é necessária uma distância temporal até que se possa escrevê-la. Para isso, ele usa a metáfora jurídica, é preciso recolher provas, isto é, documentos. Se o historiador narrar antes do tempo, historiar quando ainda houvesse paixões sobre determinado assunto e, também, quando não houvesse documentos necessários sobre determinado acontecimento, seria um juiz ilegítimo, logo, um historiador ilegítimo. Assim, como os demais memorialistas, ele se propõe a produzir uma memória que será usada futuramente para os historiadores terem como base factual para escrever a história. E aponta que esse era o norte historiográfico no IHGB.

O autor considerou este procedimento, a preparação do processo histórico, um importante serviço do IHGB e com este fim que “hoje venho trazer à vossa apreciação alguns documentos, que me parecerão úteis coligir, e depositar no nosso arquivo” (Araripe, 1986, p. 14). Dentro do espírito do IHGB, pesa-lhe não ter conseguido acumular todos os documentos

autênticos sobre a guerra civil rio-grandense. Dispôs os documentos por ordem cronológica e conforme o assunto referente, pois mais fácil se prestavam à consulta e exame. Assim, continua o autor:

A leitura dos documentos assim coordenados dá-nos as minudências dos fatos, as peripécias dos acontecimentos, e faz-nos como que presenciar os atos [...], que nos guiem na apreciação dos sucessos, e no julgamento dos caracteres, que muitas vezes revelam-se melhor por casos particulares, que somem-se pelo pequeno vulto ante a distância dos tempos, do que por sucessos estrondosos, que a fama engrandece e desnatura (Araripe, 1986, p. 16).

Para Araripe, ao longo da narração alguns documentos podem parecer insignificantes, mas muitas vezes tal aparência engana quando o documento for observado por si, isto é, quando ele fixa uma data, caracteriza um fato e referencia um personagem específico. Antes de apresentar os documentos, o autor considerou necessário

fazer sucinta narração dos fatos principais da revolução rio-grandense, mostrando a concatenação e marcha dos acontecimentos. Omitiremos as considerações políticas e morais, que poderiam envolver julgamento dos homens e dos fatos especiais: o nosso fim é, com a simples exposição narrativa, dispor o leitor a melhor compreender o valor e significação dos documentos [...]. N'essa exposição procurarei a possível fidelidade, acompanhando as peças instrumentarias, que exhibo. Na seleção dos documentos procurei reunir todos aqueles, que vieram ao meu conhecimento, e que me pareceram convenientes para esclarecer os fatos, e habilitar o escritor a emitir juízos sobre os acontecimentos, quer no tocante à causa deles, quer na parte relativa ao caráter dos autores do drama representado [...] que agora ofereço. (Araripe, 1986, p. 16-17).

Araripe almejava escrever, como era o mote em sua época, numa utópica neutralidade axiológica, ou seja, queria escrever sobre o passado sem considerações políticas e morais.¹³⁴ Pretendeu, como os outros memorialistas, só fazer uma memória documentada.¹³⁵ O autor considerou que ainda não era o tempo de se escrever a história da guerra civil no Rio Grande do Sul. Estava recolhendo documentos, contudo, colocou estes documentos dentro de uma sucinta narração para que eles fossem entendidos. Além dos documentos, também, compreendeu que só com o passar dos anos e das paixões é que se poderia escrever uma

134 Apesar de tratar do caso Varnhagem, o argumento de Cezar (2005) pode ser estendido para se compreender a imparcialidade da historiografia do IHGB.

135 Araujo (2008, p. 187), referindo-se a historiografia do IHGB, acredita que “O aprofundamento do passado, como consequência, dentre outros fatores, da ênfase na singularidade do presente, exigia novo entendimento dos eventos [...] Entretanto, essa tarefa era dificultada pela consciência nascente de que os interesses e parcialidades dos homens vivos poderiam distorcer a compreensão dos eventos e, logo, do destino histórico da comunidade. Para enfrentar esse problema, a positividade dos fatos é transformada em único critério de verdade”.

história imparcial e fidedigna. Só futuramente o historiador escreveria uma história como juiz, com juízo (Antoniolli, 2019a).

Depois das análises sobre a guerra civil e sobre como se deve escrever sobre o passado, começou a narrar os fatos da rebelião rio-grandense. Para o autor, tudo começou em 7 de abril de 1831 quando D. Pedro I abdicou da coroa. Desse fato, percebeu Araripe, decorreram dois resultados: “o afrouxamento do vínculo autoritário, e o exaltamento das ideias democráticas”. (Araripe, 1986, p. 18). Desses dois fenômenos foi que veio a inspiração para a revolução. Ideias democráticas, republicanas e federativas estavam disseminadas na Província e eram estimuladas pelas repúblicas do Prata e pela maçonaria. Dessa forma, em 20 de setembro rompeu a sedição na cidade de Porto Alegre.

O partido que fizera a sedição, denominado exaltado ou dos exagerados, tinha Bento Gonçalves a sua frente, a quem Araripe considerava perigoso à paz pública. O autor entendeu que dentro da sedição haviam os que buscavam uma maior autonomia da Província e os republicanos. Contra eles havia o partido retrógrado, que era a favor da restauração do Imperador e avesso às políticas liberais da regência. Em outubro, o presidente deposto Fernandes Braga vai para Corte, em seu lugar assumindo Araújo Ribeiro, para “salvar-nos da anarquia”. Com a volta de Bento Manoel à legalidade, o governo imperial militarmente avança sobre os rebeldes. No governo provincial de Araújo Ribeiro, um momento importante foi o combate na ilha de Fanfa. Nesse combate, “a necessidade de salvar as vidas forçou Bento Gonçalves a depor as armas, e render-se”. (Araripe, 1986, p. 37). Entretanto, escreveu que os rebeldes consideravam-se capitulados e que suas prisões foram injustas. Para o magistrado cearense, por mais que os rebeldes tenham recriminado seus adversários como desleais com as prisões em Fanfa, eles nunca exibiram provas para suas afirmações. Isto é, não tinham documentos probatórios da capitulação, pois “A capitulação, jamais provada por documento, foi argumento dos vencidos para encobrir o desastre”. (Araripe, 1986, p. 38). O primeiro efeito da derrota foi a estupefação dos sediciosos, contudo, logo, os rebeldes reanimaram seus meios de ação, com Antônio Netto e João Manoel.

A sedição iniciada em 20 de setembro de 1835 terminou em 4 de outubro de 1836 “na desconhecida ilha de Fanfa. Findou-se ali a sedição para erguer-se em franca rebeldia” (Araripe, 1986: 39). Combatiam não mais um partido contra o outro, mas cada um, em nome de um princípio diferente. E então “surge o ato mais importante d’esse drama [...] para

constituir a época mais notável da guerra civil” (Araripe, 1986, p. 40). Assim a guerra teve dois momentos, partido contra partido, Estado contra Estado.

Netto proclamou em 12 de setembro de 1836 a separação e decretou a República. Para o autor, um caudilho militar faz a obra que devia ser dos cidadãos. Contudo, havia mais aparência do que realidade nesta nova república, embora houvesse a tentativa de um governo independente. A Província procurava retalhar o Brasil, mas a Providência, na reflexão do autor, não consentiria, por que o Brasil estava fadado à grandeza na América e no mundo. Além disso, observou o magistrado e político cearense, que o povo não tinha educação para entender e fazer a democracia, que só quando tivesse o povo habilitado pelo ensino e pela moral isso seria possível.¹³⁶

Criada a República, tudo se fez à imitação do que existia no Império. Para o autor, os auxílios clandestinos que a nova República recebia das repúblicas do Prata foram fundamentais para sua sobrevivência. Depois do combate de Fanfa e da proclamação da República, no início de 1837, Araújo Ribeiro foi substituído da presidência por Antero de Brito. Com essa alteração na presidência da Província, Bento Manoel aderiu novamente à causa rebelde, quando inicia o melhor momento militar dos rebeldes, que possuíam, nesse período da guerra, um centro administrativo em Piratini. Segundo Araripe, esse enorme sucesso é efeito da traição. E, portanto, “a rebeldia não cedia, e a anarquia prosseguia impelida pelo sopro do vento democrático”. (Araripe, 1986, p. 59). E cumpria reprimir essas ideias contrárias à ordem monárquica na província.

A memória de Araripe é a primeira a narrar com mais atenção um elemento militar novo que os rebeldes trouxeram para a guerra. Esse elemento era a participação dos negros na guerra civil. Portanto, davam liberdade aos “escravos, que viessem defender a liberdade dos republicanos, as vítimas da opressão social afluíram” (Araripe, 1986, p. 86). Os negros formavam a base da força militar da República. A Corte imperial buscou sempre dissipar essa força militar que era uma ameaça ao direito de propriedade e um recurso eficaz do exército rebelde. Na escrita de Araripe, apareceu também o personagem José Garibaldi, com seu curso contra o comércio marítimo do Império e a tomada militar de Laguna.

¹³⁶ Para Araripe (1986, p. 163), “a república só deve ter por base a ilustração do povo; mas a república de Piratini levanta-se no meio de uma população na máxima parte sem instrução [...] por isso inapta para o regime de democracia”.

Dois acontecimentos deram novo ânimo aos imperiais no momento de maior avanço das forças rebeldes. O primeiro em julho de 1839, em que Bento Manuel, desavindo com Bento Gonçalves, de quem era competidor na república, abandona em definitivo as forças rebeldes. No ano seguinte, antes dos 18 anos, D. Pedro de Alcântara era declarado imperador “e esse acontecimento ia influir positivamente sobre a direção dos negócios da província rebelada” (Araripe, 1986, p. 105). Contudo, só no final de 1842 quando é nomeado o Barão de Caxias para Presidente e Comandante das armas da Província, os legalistas começam a levar vantagem na guerra civil. Entrou-se, então, na terceira época da revolução rio-grandense: a da sujeição. Caxias tinha como alicerce de seu sistema político-militar a conciliação, e foi “Esta política conciliadora, que finalmente pôs termo à guerra civil” (Araripe, 1986, p. 128). Outros fatos trouxeram mais força aos imperiais como a volta de Bento Manuel a suas fileiras e a deserção que começou a ocorrer nas tropas rebeldes. Além disso, havia na assembleia constituinte do Alegrete uma discórdia intestina entre os líderes rebeldes.

Considerando impossível sua vitória em fins de 1844 e começo de 1845, os rebeldes deliberaram sugerir sinceramente a paz. Em 28 de fevereiro de 1845, “Sumia-se assim a república rio-grandense d’entre as potências da terra, e ressurgia a província de Rio-Grande do Sul”. (Araripe, 1986, p. 179). A causa da monarquia e a integridade do Império estavam restabelecidas.¹³⁷ Por fim, sentenciou Araripe, “Expomos os fatos: julgue o leitor segundo o seu critério”. (Araripe, 1986, p. 221).

Após a publicação da memória de Araripe, entra-se nos momentos finais do Império, na atmosfera politicamente carregada dos últimos anos, em que D. Pedro II pouco fizera para proteger a monarquia. Sua autoridade, porém, era tão grande que os políticos, com poucas ressalvas, não arriscavam a contradizê-lo. Eles “obedeciam ao imperador e o respeitavam, mas não o amavam e, em sua maioria, não estavam dispostos a lutar por ele”. (Carvalho, 2012, p. 126). E quando no dia 15 de novembro informaram-lhe que a República fora proclamada, D. Pedro II não acreditou nas notícias, porém “confirmados os fatos, sua reação foi dizer que seria sua aposentadoria, já trabalhara muito e estava cansado”. (Carvalho, 2012, p. 127).

137 Araripe (1986, p. 182) pergunta-se como a “revolução” pode durar tanto e enumera quatro causas: “A fraqueza do Império nesses tempos em relação às finanças; a facilidade com que os rebeldes encontravam refúgio e auxílio no Estado Oriental; a vacilação de plano por parte do governo imperial sobre os meios de pacificar a província; a intrepidez e tenacidade dos principais homens de guerra da república rio-grandense”.

Portanto, se em 1879 o IHGB fornecia seu veredito científico-político sobre a Farroupilha, o regime monárquico enfrentava uma crise político e institucional.¹³⁸

5. Considerações finais

A memória de Araripe é, com certeza, dentre todas escritas no século XIX, a de maior fôlego. Tanto no que se refere ao uso de documentos, pesquisa, narração dos fatos e quanto ao que se refere à reflexão teórica sobre sua própria escrita. Propõe-se a não escrever a história, mas apenas coligir documentos para que no futuro, quando houvesse condições epistêmicas, se escrevesse a história sem paixões, isto é, com imparcialidade, e com o material empírico suficiente para narrar a história. Propõem-se a ser um subsídio para os futuros historiadores. *Guerra civil no Rio Grande do Sul* é o primeiro livro que narra a Farroupilha desde seu início em 1835 até seu fim em 1845. Também é o primeiro que propõem uma periodização da mesma. E uma periodização é o início de uma explicação. Ao colocar as três épocas da guerra civil, esboça um quadro interpretativo. Araripe escreve nem momento em que os liberais estão no poder e, ao mesmo tempo, em que ocorre um processo de deslegitimação da monarquia perante a sociedade. Dentro de uma das possíveis leituras da memória de Araripe, politicamente ela quer ressaltar a importância do centralismo da monarquia na construção da nação, isto é, o seu passado, mas também aponta para o futuro do país que, também, deve ser com a monarquia, pois que a alternativa, a república (não só em 1835, mas no seu próprio tempo de escrita), é anárquica, desintegradora da nação e não respeita a propriedade.

Apesar de ser a mais detalhada e narrar tanto monarquistas quanto rebeldes, como as demais, sua memória se concentrou em contar os acontecimentos políticos e militares dos principais personagens legalistas e anarquistas. A intriga que forneceu sentido à sua narrativa é a integridade do Império, isto é, os caudilhos se aproveitando das ideias avançadas e da falta de autoridade na Corte do Império lançam-se primeiro na sedição depois na rebelião e, por fim, são sujeitados e retornam ao Império de onde, segundo Araripe, nunca tiveram intenção

138 Hruby (2012, p. 167-191) mapeia a repercussão da memória de Araripe na Província de São Pedro. E após faz uma síntese, a partir dos críticos de Araripe, de como foi analisada a sua escrita sobre a Farroupilha: “Essas pesquisas continuam a trazer o trabalho de Araripe aos leitores, embora de forma adjetivada e não analisada. Desde as críticas de Koseritz, em 1881, até hoje, a bibliografia teima em nos mostrar a figura caricata do autor e do trabalho: historiógrafo imperial, adversário da rebeldia, cronista do Império, tom faccioso, autorizado historiador, zeloso funcionário do Império, inimigo dos Farrapos, voz absolutamente insuspeita, defensor da legalidade, escritor monarquista, historiador palaciano”. (Hruby, 2012, p. 182). Ele prossegue dizendo que “foi pelo choque entre experiências remontadas e expectativas recriadas que o texto do autor cearense foi rotulado, estigmatizado e condenado. Tristão de Alencar Araripe podia ser consagrado historiador na Corte e até no Norte, mas não na província de São Pedro do Rio Grande do Sul”. (Hruby, 2012, p. 183).

de sair. Portanto, desenvolveu os personagens entre os defensores da integridade do Império, por um lado, e, por outro, os caudilhos que queriam primeiro a sedição e depois a rebelião, a separação do Império, para atender a seus interesses privados. Mostrou o passado, em sua narrativa, de quase dez anos de luta para reintegração da província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Império. Do Império frágil com a abdicação de D. Pedro I ao “exaltamento das ideias democráticas”, que os rebeldes usaram a seu favor, há uma luta política e militar entre os personagens da ordem, os legalistas que defendem a integridade do Império, e os personagens da anarquia, os rebeldes, que defendem primeiro a sedição e depois a separação do Império. De tal modo, com a memória de Araripe instaura-se, em definitivo, o controle sobre a memória da guerra civil que vem do centro do poder sobre a escrita do passado, o IHGB que é a voz oficial do Império sobre a história da Farroupilha. O controle imperial postula a memória do passado mediante seus interesses políticos e com a ajuda do IHGB.

6. Referências bibliográficas

- Antonioli, Juliano Francesco (2019a). Com a metodocidade das obras de jurisprudência: o julgamento histórico a partir da *Guerra civil no Rio Grande do Sul*, de Tristão Alencar Araripe (1879-1881). En: *História da historiografia*, v.12, n. 29, jan-abr, 2019.
- Antonioli, Juliano Francesco (2019b). “Pela mais digna de todas as Revoluções”: o conceito de revolução na crise do regime monárquico brasileiro. En: *Projeto História*, São Paulo, v.64, jan-abr, Araripe, Tristão de Alencar. (1986). *Guerra civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Porto Alegre: Corag, (original 1881).
- Araujo, Valdeí Lopes de (2015). *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- Alonso, Angela. *Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Boeira, Luciana Fernandes (2013). *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-histórico-geográfico no Brasil Imperial*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH/PPGH.
- Carvalho, José Murilo de (2012). A vida política. En: Carvalho, José Murilo de (org.). *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Certeau, Michel (2007). *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Cezar, Temístocles (2005). Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. En: *História*, São Paulo, v. 24, n. 2.
- Coutinho, Saturnino de Souza e Oliveira (1986). (1841-1842). *Bosquejo histórico e documentado e negócios do Rio Grande*. Porto Alegre: Corag, (originais, 1841-1842).
- Guazzelli, Cesar Augusto Barcellos (1998). *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese (doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS.
- Guimarães, Lucia Maria Paschoal (1995). Debaixo da imediata proteção de sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). En: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 1.
- Guimarães, Manoel Luiz Salgado (2011). *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

- Ricoeur, Paul (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp.
- Hruby, Hugo (2012). *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. Porto Alegre: PUCRS, Tese (Doutorado em História).
- Soares, Sebastião Ferreira (1935). *Breves considerações sobre a Revolução de 20 de setembro de 1835. Acontecida na Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*. En: *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, *Oficinas gráficas do Arquivo Nacional*, n. 31.